

ARRANJOS E A HEGEMONIA NEOLIBERAL NOS ANOS DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

NEOLIBERAL ARRANGEMENTS AND HEGEMONY DURING THE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO ADMINISTRATION

ARREGLOS NEOLIBERALES Y HEGEMONÍA DURANTE EL ADMINISTRACIÓN
DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Karin Santana dos Santos¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i82.3464

Recibido: 29/08/2025 | Aceptado: 25/09/2025 | Publicación en línea: 29/09/2025.

RESUMO

Este artigo buscou analisar quais foram os principais arranjos cingidos nas esferas políticas, econômicas e sociais que possibilitaram a consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, tomando como ponto de partida os anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A hipótese que se mostrou como a mais consistente é a de que o neoliberalismo se constitui como uma forma de racionalidade que infere e (re) orienta as mais diversas práticas governamentais, bem como define as condutas sociais. Nessa reorientação as premissas neoliberais encontram apoio basal na figura de organismos multilaterais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que condicionaram suas assessorias, ou auxílio financeiro aos países em desenvolvimento à adoção de uma série de medidas, como privatização, desregulamentação de direitos, abertura da economia. Tais medidas, aprofundaram a inserção dependente do Brasil na economia global, e ainda fomentaram a precarização das condições de trabalho. Após, levantamento bibliográfico, e desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, concluiu-se que, nos anos do governo FHC ocorreu uma verdadeira ofensiva neoliberal, em prol dos interesses do capital.

Palavras-chave: Ajustes Neoliberais. Governo Fernando Henrique Cardoso. Hegemonia. Organismos Multilaterais. Precarização.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the main arrangements within the political, economic, and social spheres that enabled the consolidation of neoliberal hegemony in Brazil, taking as a starting point the Fernando Henrique Cardoso (FHC) administration. The most consistent hypothesis is that neoliberalism constitutes a form of rationality that infers and (re)orients a wide range of government practices, as well as defining social behavior. In this reorientation, neoliberal premises find fundamental support in the role of multilateral organizations such as the World Bank and the International Monetary Fund, which condition their advisory services or financial

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: gp.marilia@unesp.br

assistance to developing countries on the adoption of a series of measures, such as privatization, deregulation of rights, and economic liberalization. These measures deepened Brazil's dependent insertion in the global economy and further fostered the precariousness of working conditions. After a bibliographical survey and qualitative research, the article demonstrated that during the FHC administration, a veritable neoliberal offensive took place, serving the interests of capital.

Keywords: Neoliberal Adjustments. Fernando Henrique Cardoso Government. Hegemony. Multilateral Organizations. Precariousness.

RESUMEN

Este artículo buscó analizar los principales acuerdos en las esferas política, económica y social que permitieron la consolidación de la hegemonía neoliberal en Brasil, tomando como punto de partida los años del gobierno de Fernando Henrique Cardoso (FHC). La hipótesis que resultó más consistente es que el neoliberalismo constituye una forma de racionalidad que infiere y (re)orienta las más diversas prácticas gubernamentales, además de definir el comportamiento social. En esta reorientación, las premisas neoliberales encuentran un apoyo fundamental en la figura de organismos multilaterales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, que condicionaron sus servicios de asesoría o asistencia financiera a los países en desarrollo a la adopción de una serie de medidas, como la privatización, la desregulación de derechos y la liberalización económica. Estas medidas profundizaron la inserción dependiente de Brasil en la economía global y fomentaron aún más la precariedad laboral. Tras un estudio bibliográfico y el desarrollo de una investigación cualitativa, se concluyó que durante el gobierno de FHC se produjo una verdadera ofensiva neoliberal al servicio de los intereses del capital.

Palabras clave: Ajustes Neoliberales. Gobierno de Fernando Henrique Cardoso. Hegemonía. Organismos Multilaterales. Precariedad.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O Neoliberalismo surgiu no cenário global como resposta plausível à crise do capital dos anos de 1970, que representou muito mais que uma crise fortuita e meramente conjuntural, sendo a manifestação de uma crise estrutural no padrão de acumulação capitalista imbricada com o esgotamento do modelo fordista de produção.

É em meio a esse constructo de incertezas e instabilidades que o neoliberalismo ascende no cenário econômico, sendo postulado como a tábua de salvação para a saída das crises cíclicas do capital. Para isso, passa a atuar resgatando arquétipos do pensamento liberal, como o reconhecimento da premissa de se abrir as portas para o livre comércio, diminuindo o papel do

Estado.

Mais do que apenas uma manobra econômica, o que se pleiteia com o neoliberalismo é a consolidação de forma hegemônica de uma corrente de pensamento que é norteadada pela mercantilização dos bens, otimização de custos e recursos, estando atrelado, embalado e subsidiado por pressuposições de cunho político- ideológicas, que são traduzidas e disseminadas por meio de um movimento intelectual organizado. O raio de alcance neoliberal se estende para os chamados setores de serviços levando a cabo a máxima da precarização, que ocasiona a perda de direitos, exploração da força de trabalho, ampliação de jornadas, aumento de atribuições e responsabilização dos próprios trabalhadores pelo sucesso e fracasso no seio das relações laborativas

Diante disso, este texto procurou refletir sobre como o neoliberalismo, suplantado hegemonicamente, se firmou no contexto brasileiro, delimitando, brevemente suas fases, seus desdobramentos e os principais ajuste nos governos Fernando Henrique Cardoso. Foi balizado este governo para os fins do artigo, pois segundo autores como Antunes (2007) nos anos de 1995 a 2002 ocorreu à ofensiva neoliberal, sendo implementado na realidade brasileira diversas reformas na economia, nas legislações, dentre outros.

Para a realização deste texto, foi lançado mão de uma pesquisa qualitativa, com apoio em uma revisão bibliográfica tomando como base autores como Mészáros (2009), Ricardo Antunes (2007) David Harvey (2013), Moraes (2002), Piovezan e Dal Ri (2017) Marx (2012), Giovanne Alves (2008) Ball, Torres (1995), dentre outros.

Para melhor compreensão, na primeira seção foi realizada uma incursão histórica sobre a consolidação, desenvolvimento do neoliberalismo, definindo o que é esta corrente de pensamento e como ela se firmou, conjecturando-se de forma hegemônica, ou seja, globalizando-se, com apoio de organismos multilaterais, que condicionam seus empréstimos aos países em desenvolvimento a implementação de uma série de medidas como privatizações, desregulamentação e abertura da economia, flexibilização das normativas jurídicas.

Após foram delimitadas as principais fases de desenvolvimento neoliberal: a saber estas desdobraram-se nas fases de emergência, consolidação, e, por fim, à fase hegemônica consolidada nas décadas de 1990.

Para finalizar, adentrou-se no cerne da questão dos ajustes neoliberais no contexto histórico social-brasileiro, uma vez que foram estes ajustes imprescindíveis à flexibilização, e, respectivamente, à precarização do trabalho.

NEOLIBERALISMO: CONCEITO, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO

Conceituar o neoliberalismo e compreender suas nuances não é algo simples, mas Pierre Dardot e Christian Laval, no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016, p. 7), definem que o neoliberalismo não é apenas uma “ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as esferas da vida”.

A teoria e epistemologia neoliberal surgiu em meados de 1944 entre um grupo de intelectuais que se uniram para contestar as intervenções econômicas e os compromissos firmados pelos Estados para com as políticas sociais.

Enquanto racionalidade política e econômica, é possível considerar que o neoliberalismo surgiu como resposta ao intervencionismo estatal na temporalidade do pós-guerra, os seus primeiros passos remontam às décadas de 1930 e 1940, meandros em que intelectuais, como Friedrich Hayek², Ludwig Von Mises, e Milton Friedman, articularam um embate teórico crítico ao planejamento estatal, defendendo um modelo de sociedade norteado pela liberdade de mercado, propriedade privada, limitando-se a ação do Estado.

Gentili (1996) sustenta que as políticas neoliberais ao limitarem o papel do Estado atuam de modo estratégico, incidindo concretamente na economia, na política, na educação com respaldo no sistema jurídico, quesitos que foram fomento à crise do capital dos anos de 1960 e 1970.

Harvey (2013) buscou desenvolver uma explicação mais abrangente sobre as crises do capitalismo, acenando que estas derivam, em última instância, de sua tendência congênita à superacumulação de capitais. Nos termos de Harvey (2013), “as crises surgem quando as quantidades sempre crescentes de mais-valia que os capitalistas produzem não podem ser absorvidas lucrativamente” (Harvey, 2013, p. 28).

Em linhas gerais, o neoliberalismo nasceu em meio as grandes crises do capital, atreladas ainda as crises do petróleo em 1973 e 1979, que engendraram o esgotamento do modelo fordista de produção, o que possibilitou a ascensão do neoliberalismo como saída para a crise estrutural que se instaurava. E foi com a retórica neoliberal sendo consagrada como a salvação para a crise

² Nesse momento histórico que abrange a década de 1940, Hayek fundava a Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, junto com Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, dentre outros. Com objetivo de combater o Keynesianismo, solidarismo, preparando as bases para uma forma de capitalismo mais duro. Um alvo imediato, era o Partido Trabalhista Inglês, ante a proximidade com as eleições gerais de 1945. Além disso, é nessa época que Hayek escreve o *Privilegio da Servidão* (1944), a pedra de toque, pilar do neoliberalismo.

social, expandindo-se em nível global, que se alcançou o patamar de uma hegemonia, que defende os preceitos condizentes com as necessidades do capital, fazendo uma crítica severa ao *Welfare State*

Antunes (2007), considera que as críticas tecidas comungaram para que houvesse o desmonte do *Welfare State* nos países do Norte refletiu nos países periféricos, justamente com o desmonte das legislações protetoras dos trabalhadores que concordamos que a flexibilização da legislação social do trabalho é “[...] uma forma de aumentar ainda mais os mecanismos de extração de sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora” (Antunes, 2007, p. 17).

Com isso, o que se verifica é que os anos de 1970 demarcaram uma ruptura paradigmática, sendo expressão de um tenso período de quebra das garantias conquistadas. Nesse interim, as ideias neoliberais começaram a se fortalecer, pois de forma global passaram a ser legitimadas por meio de organismos multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional como saída para enfrentar as sucessivas crises do capital. Estes organismos, principalmente, no período pós-guerra, foram os grandes responsáveis por aumentar de modo significativo a dívida pública, bem como deram margem à ampliação da especulação financeira sob o aparato dos juros em concomitância com a expansão do capital financeiro sobreposto à capacidade produtiva real.

Segundo Torres (1995), o Banco Mundial teve um papel central por ser uma agência de regulação, forneceu empréstimos, visando à promoção do crescimento econômico, os empréstimos eram condicionados à materialização de um leque intervenções e recomendações que deveriam ser seguidas pelos países tomadores de empréstimos, a fim de implementar as seguintes medidas: redução, corte de gastos públicos, disciplina fiscal, privatização e desregulamentação de direitos, reforma constitucional, abertura da economia, descentralização da tomada de decisões, privatizações, desnacionalização da economia.

Nesse sentido, os países periféricos da América Latina para fazerem jus aos proveitos econômicos absorveram as recomendações do banco, e as diretrizes estipuladas, sendo estas diretrizes um reflexo das mazelas sociais do próprio sistema do capital, ante a minimização da intervenção estatal na ordem da economia, ocorreu ainda a privatização dos serviços públicos, liberalização financeira, além da abertura comercial, com metas que acenam ao equilíbrio orçamentário por meio do enxugamento de gastos, gastos que geralmente consternam áreas centrais como saúde, educação, infraestrutura, desmantelamento dos sindicatos, males tidos como necessários para equilibrar e estabilizar a economia.

Sobre isso, Moreira (2002, p. 99), verificou que, ao tentar se adequar ao cenário macroeconômico internacional, os “governos nacionais perdem toda a capacidade de influenciar as evoluções econômicas nacionais, bem como de controlar a situação social daí decorrente” pois, ao se adaptarem as novas recomendações, uma das primeiras ações é enxugar gastos, diminuindo-se os investimentos em políticas sociais, o que induz a burguesia vigente a implementar políticas neoliberais que são adversas aos trabalhadores, políticas que visam à produção de excedente econômico.

Além da ligação com os organismos multilaterais, cumpre destacar que para refrear as crises um amplo receituário deveria ser seguido, estando estes preceitos ligados diretamente ao Consenso de Washington, que reuniu países do capitalismo central e demais países periféricos, com a finalidade de determinar quais seriam os rumos financeiros a serem adotados.

Um dos objetivos centrais era o de proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região, definindo orientações para as reformas que deveriam ser implementadas pelos governos dos países dependentes, “[...] serviu também para registrar, ratificar e apoiar as políticas neoliberais implementadas pelo mundo e para fortalecer as orientações para os países periféricos implementarem as mesmas” (Corrêa, 2013, p. 315).

Em linhas gerais, o Consenso de Washington³ defendia abertura de mercados, beneficiando empresas oligopolistas, pois, como assevera Batista (2013), em momento algum o protecionismo e a esfera do bem-estar- social estiveram em pauta, além disso, determinou um lobby de imposição dos grandes blocos hegemônicos para os países periféricos, regulamentando o campo social em conformidade com os anseios da nova ordem econômica. Isso porque o livre mercado era visto o instrumento privilegiado pelo neoliberalismo, neste há uma polarização dos espaços supraestatais, conforme Faria (1998) expõe que esses espaços são polarizados por organismos multilaterais como Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), expoentes em termos de regulação econômica dos países ocidentais, especialmente da América Latina e Caribe. E nos alvitre políticos, foram notórias normas e indicações que se voltam à parceria público- privado, produtividade,

³ Alguns autores, como Corrêa (2003, p. 317), vão alertar que naquele momento histórico se difundiam as ideias pautadas nos ensinamentos de Hayek e Friedman, considerando-se dados que apontam ao indicativo de que a crise do capitalismo é passageira e conjuntural, o capitalismo, historicamente comprovado, é a única forma possível de relações econômicas e sociais, verificando-se a queda do muro de Berlim, o fim do socialismo real e o fim da história, indicando ainda que a igualdade leva à servidão humana, e a liberdade de mercado conduz à prosperidade. Além de suscitar o surgimento da sociedade do conhecimento, vincula-se ao desaparecimento do proletariado e à emergência do cognatariado, marca o fim do trabalho como uma categoria fundamental.

desregulamentação; financeirização, sobreacumulação de capital dentre outros fatores que constituem às bases do atual capitalismo.

Em se tratando de países como o Brasil, a adesão ao neoliberalismo ocorreu de forma tardia, e apenas em meados da década de 1990, mais especificamente, nos governos de Fernando Henrique Cardoso é que se prolatou à ofensiva neoliberal, com um amplo processo de modernização e de reformas no âmbito do Estado, o que compreendeu a necessidade de reforma da malha administrativa, previdenciária, todas instrumentalizadas por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

AS FASES DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

No Brasil, embora as políticas neoliberais tenham se expandido com maior intensidade nos anos de 1990, de acordo com Piovezan (2017, p. 35), elas iniciaram no período do regime militar entre os anos de 1964 e 1985. Uma das primeiras medidas do governo militar foi combater as leis trabalhistas vigentes, já que estas garantiam direitos como a estabilidade no emprego, o que se fazia necessário, pois em um mercado competitivo era imperioso desregulamentar alguns direitos, a fim de atrair possíveis investidores nacionais ou estrangeiros.

A implantação e, respectivamente, a evolução do projeto neoliberal, segundo Filgueiras (2006), passaram por pelo menos três momentos distintos, sendo que o marco central é definido para este autor nos anos 1990. A primeira fase de implementação neoliberal foi marcada pela ocorrência de uma ruptura com o modelo de substituição de importação, o que deu margem às primeiras ações neoliberais, ainda no governo Collor nos anos 1990/1992.

Autores, a exemplo de Viana (2008), demarcam o neoliberalismo por fases, sendo a década de 1940 a fase da origem, desenvolvimento das bases do pensamento neoliberal, estando essas origens atreladas às transformações do capitalismo. O modo de produção capitalista abrange a Emergência e Consolidação do Neoliberalismo, para o autor supracitado este período vai de 1980 até o início dos anos 1990.

Na fase de emergência e consolidação do neoliberalismo, as primeiras manifestações ocorridas são as privatizações, seguidas da desregulamentação das relações de trabalho, o ajuste fiscal e monetário, a desregulamentação e exploração dos mercados. É nesse contexto de embrutecimento que se dá expansão global do neoliberalismo, caracterizada pela precarização do trabalho, aumento do desemprego, ambos, frutos das alterações cingidas no processo de produção

e reprodução do capital a nível mundial.

Frigotto (2006, p. 12) recobra que é na década de 1990 se estabiliza a fase hegemônica em que a burguesia brasileira, consentidamente, associa-se de modo subordinado aos blocos hegemônicos do capitalismo global, o resultado disso foi um país que produz bens com baixo valor agregado, sendo inexpressiva a presença de trabalhadores altamente qualificados, em oposição, é avultada a necessidade de se ter uma força de trabalho barata, para atuar em áreas que exigem pouca qualificação.

Essa década foi decisiva na edificação da terceira fase do neoliberalismo, a fase da hegemonia, já que a implantação do projeto impôs um padrão dominante, para Gentili (1996, p. 10) foi preciso fazer uma reforma ideológica difundindo um novo senso comum.

A fase da hegemonia retrata a retomada da acumulação capitalista, para autores como Castel (2004), esta não foi uma conjuntura fecunda, a noção de exclusão tornou-se consenso, a violência aumentou, falta de estabilidade. As medidas tomadas para lutar “contra a exclusão confiscam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar sobretudo os fatores de dissociação social” (Castel, 2004, p. 32).

Em síntese, as fases e a trajetória do neoliberalismo no Brasil configuram-se como um processo histórico amplo articulado, que veio a se consolidar hegemonicamente nos anos 1990, temporalidade em que houve a construção e disseminação de um novo consenso político e ideológico, que implicou alterações estruturais e reformas de bases que primaram pela configuração de um Estado mínimo em garantias sociais, e máximo no que diz respeito ao atendimento das necessidades do capital, o que impactou diretamente a vida da classe que vive do trabalho- o que será discutido a seguir.

AJUSTES NEOLIBERAIS NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), o neoliberalismo chegou a fase hegemônica, neste momento é que se materializaram os principais arranjos neoliberais, já que aconteceu uma extensa abertura da economia ao capital estrangeiro, intensificam-se os processos de privatização e desnacionalização, além do crescimento de instituições bancárias controladas exteriormente, influenciando, inclusive políticas públicas educacionais, inferindo até mesmo no mercado editorial.

As medidas neoliberais sensibilizaram a economia brasileira, gerando uma instabilidade cambial, fez-se preciso manter o Plano Real forte, para demonstrar confiabilidade e plenas condições de arcar com responsabilidades financeiras, para que assim, chegassem os principais investimentos de capital estrangeiro no país.

Para que esses investimentos fossem introjetados, e se firmasse uma abertura da econômica, era oportuno reduzir possíveis desequilíbrios, o que levou o governo FHC a incentivar o Banco Central do Brasil a aumentar as taxas anuais de juros com o intuito de também garantir a maior permanência de imissões de capitais estrangeiros.

Além disso, foi nesse governo que ocorreram as privatizações de bancos estaduais, centralização de operações financeiras em um pequeno número de instituições privadas e estatais, conversão de bancos estaduais em bancos múltiplos. Ademais, o governo FHC foi o responsável pelo aumento de empréstimos e aumento da dívida pública com o FMI.

Cumpram-se destacar o grande número de privatizações e concessões, dentre elas a Eletropaulo, Telebras (Telecomunicações Brasileiras), Telesp (Telecomunicações de São Paulo), Embratel, Banespa (Banco do Estado de São Paulo), Vale do Rio Doce.

Com esse cenário de austeridade econômica, de privatizações, as incertezas e seguranças garantidas no mercado de trabalho foram deveras afetadas, acentuou-se a precarização das relações laborais, levantando-se a urgência social de desenvolver políticas públicas e projetos de apoio e fomento às classes populares, uma vez que o governo FHC aprofundou por meio do PDRAE uma série de reformas estruturais, que seguiam a lógica do mercado, assistimos à privatização de estatais, desregulamentação econômica e flexibilização das relações trabalhistas, sendo essas medidas justificadas sob o crivo da modernização e aumento da eficiência, algo conseguido com significativos custos sociais, afetando-se a vida do trabalhador e as camadas populacionais menos favorecidas.

Dentre as inúmeras reformas ocorridas, a reforma administrativa foi uma das mais problemáticas, já que por meio da mensagem presidencial nº 886/ 95, enviada ao Congresso e a posteriori convertida na PEC nº 173⁴, se dispunha sobre os balanços financeiros, flexibilização dos tetos remuneratórios, controle de despesas, o que possibilitava a demissão sumária por ausência de produtividade, exoneração por falta grave, extinção de cargo e realocação de servidores.

⁴A PEC 173 encontrou resistências, com apontamento de elementos inconstitucionais, como irredutibilidade salarial, acesso de estrangeiros aos cargos públicos, a exigência de Lei específica por parte do executivo no que tange aumento de teto e remuneração, e inviolabilidade da aplicação retroativa da PEC, com efeito *ex nunc*.

Sob a ótica social, o receituário neoliberal estendeu efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho e os serviços públicos. A flexibilização das normas laborativas, estímulo à terceirização e o arrocho salarial contribuíram com a precarização das condições de trabalho; junto a isso, as políticas de ajuste fiscal representaram corte significativos em saúde, educação e assistência social, o que manteve elevado os níveis de desigualdade e exclusão social.

Em termo de desregulamentação a flexibilização cumpre seu papel sobrepondo-se as normas e legislações em nível social e trabalhista, algo inflamado pela crescente queda nas taxas de sindicalização, pouca incidência de greves⁵ e manifestações, dando maior autonomia às empresas e empregadores, que passaram a usar quesitos como a necessária flexibilização contratual, salarial.

De acordo com Oliveira (2004, p. 1139), esse processo está associado às “exigências de maior flexibilidade pelos empregadores. A noção da flexibilidade parece ter se deslocado de dentro das empresas, isto é, das relações de trabalho para as relações de emprego”.

Logo, de acordo com a autora supramencionada, a flexibilidade manifesta na organização do trabalho nas empresas surge como necessária às novas formas de produção, que estão sob comando do mercado. Se antes, no modelo fordista de produção, era predominante o consumo em massa, a produção em série, demandando um estoque contingencial, hoje o que se tem são formas mais flexíveis de organização e gestão do trabalho.

Nas palavras de Oliveira (2004, p. 1139):

A rígida divisão das tarefas, característica marcante do fordismo, vem cedendo lugar a formas mais horizontais e autônomas de organização do trabalho, permitindo maior adaptabilidade dos trabalhadores às situações novas, possibilitando a intensificação da exploração do trabalho.

Intensificando-se a exploração do trabalho, precarizando e flexibilizando as relações de trabalho é que o Estado neoliberal favorece fortes direitos individuais à propriedade privada, valendo-se, segundo Harvey (2005, p. 37), “de um arcabouço legal de obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos, juridicamente configuradas no âmbito do mercado”.

Por extensão, pautando-se na normatividade jurídica, Harvey (2005) defendeu que o Estado neoliberal, considera um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações, sendo

⁵ Sobre o direito de greve, a Lei não prevê que o trabalhador receba seus proventos quando determinado setor entra em greve, pois trata-se de um evento adverso que suspende temporariamente o contrato de trabalho, de acordo com o artigo 7º da Lei nº 7.783/89.

esta uma premissa essencial para configurar a flexibilidade das relações e das condições de trabalho, estendendo-se a todos os ramos que envolvem atividades laborativas, estando estes sujeitos às exigências de políticas que veem na liberalidade a possibilidade de reduzir direitos trabalhistas, com o argumento de aumentar a competitividade e a empregabilidade, e, para tal, flexibilizam jornadas, acúmulo de tarefas, exigem um fazer mais com menos, alijando o papel real do Estado como interventor, sobrepujando o papel do mercado sobre bem-estar coletivo.

Ricardo Antunes (2011) considerou de forma veemente que a década de 1990 foi a década da desertificação neoliberal, marcada pela informalidade, fragmentação, precariedade do trabalho. Cabe mencionar que é nessa década que ocorre a criação o PND (Programa Nacional de Desestatização), programa que concentrou seus esforços na venda de estatais produtivas, incluindo nessa dinâmica as empresas siderúrgicas e petroquímicas.

Alves (2007) defendeu que, na era da desertificação, o modelo toyotista atingiu as empresas de modo impetuoso e, em um contexto de reestruturação capitalista e sob influência da agenda neoliberal, intensificou-se a concorrência no mercado e a adoção dos novos valores referentes à exploração da mão de obra e à organização da produção.

Em se tratando de um contexto meneado pelos avanços do neoliberalismo, como resultado da retração da social-democracia, claramente há uma sintonia entre o modelo toyotista e a agenda neoliberal (Antunes, 2006).

Unindo-se neoliberalismo e reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, “o que se observa é uma tendência fortemente destrutiva que tem levado a consequências diversas, como privatizações, seguidas por altos níveis de desemprego, precarização do trabalho e desregulação” (Antunes, 2006).

Além das privatizações que se estenderam até os 2000, a política governamental se manteve subordinada ao ideário neoliberal. Nas palavras de Antunes, no livro *A desertificação neoliberal no Brasil*:

Para aqueles que esperavam pelo principiar da mudança profunda da política econômica, contraditando os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos organismos multilaterais, das finanças e das transnacionais; pela contenção do fluxo de capitais que migram para o sistema financeiro internacional esgotando a produção da nossa riqueza; pelo combate ao nefasto projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); pela recuperação da dignidade do salário mínimo, contra a política de arrocho salarial; (...) enfim, pelo início de um programa efetivo de mudanças, com prazos e caminhos construídos com sólida impulsão social, foi pesaroso ver que a primeira “reforma” do Governo Lula foi agendada pelo FMI, imposição que o governo aceitou sem resistência, desestruturando um setor importante da classe trabalhadora brasileira, composta pelos 43 funcionários públicos, e que sempre foi um dos pilares de sustentação do Partido dos

Trabalhadores (PT), particularmente no difícil período da Ditadura Militar (Antunes, 2004, p. 2-3).

Dentro disso, a política de cunho neoliberal teve um papel fundamental no processo, adequando o Estado e as políticas sociais necessárias à valorização do capital.

Logo, é preciso olhar para esse dado momento histórico de forma crítica a fim de se compreender que a razão neoliberal não representou uma recuperação forte dos mercados, da economia, isso por que, 1) o mercado não é natural, mas uma construção que requer intervenção estatal; 2) a essência da ordem econômica não é a troca, mas a concorrência, ou seja, a desigualdade entre as unidades de produção; 3) o Estado tem um papel que vai além de guardião vigilante, estando igualmente submetido à norma da concorrência; e 4) a universalização da norma da concorrência perpassa os limites do Estado e permeia os indivíduos, criando a ideia do governo de si, segundo a qual os indivíduos devem conduzir-se como empreendedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar as reflexões sobre a temática, foi possível no presente artigo delimitar algumas conclusões, primeira, o neoliberalismo surgiu como mecanismo de combate as crises estruturais do capital, e mais do que uma mera ideologia, ou simples política econômica ele é fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, nas palavras de Dardot e Laval (2016, p.17) tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governos, mas também define a conduta dos governados.

A segunda conclusão que pode ser apontada é que o processo de globalização do neoliberalismo esteve diretamente ligado e foi orquestrado por organismos multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, que condicionaram seus empréstimos e assessoria técnica aos países à implementação de um receituário que continha prescrições claras, ou seja, era imperioso instrumentalizar reformas no âmbito estatal, era preciso fomentar a privatização, cortar gastos com a esfera social, abrir a economia à internacionalização, incentivar a competição, reestruturar o aparato jurídico-normativo, a fim de flexibilizar direitos trabalhistas, diminuindo custo efetivo devotado ao pagamento do saldo da força de trabalho, assim poderia ser flexibilizado contratos, salários, o que deu margem à precarização dos mais diversos postos laborais.

Terceira conclusão, é que por meio deste receituário que atendia aos interesses do capital,

no Brasil nas décadas de 1990 se levantou uma verdadeira ofensiva, estando o neoliberalismo atuando em plenitude ante sua face hegemônica, uma vez que o governo FHC preparou um terreno fecundo, fértil arado pelas minúcias de um capitalismo altamente dependente dos grandes blocos hegemônicos. Em suma, o governo em questão foi subserviente aos ditames do capital.

Diante de um cenário como este, a indagação que paira se volta ao longo e árduo caminho a ser perseguido no que concerne às alternativas viáveis de enfrentamento- alternativas que rompam a lógica excludente que se processou em meio à quebra de direitos e garantias conquistados a duras custas fruto de lutas de movimentos e frações sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula) Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. DRUCK, G.; ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-61, 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.). **O avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BATISTA, E. L. Neoliberalismo no Brasil e suas implicações para os movimentos sociais: algumas considerações. In: **Movimentos Sociais, trabalho associado e Educação para além do capital**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

BRASIL. Decreto nº 95.886 de 29 de março de 1988. **Dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, Brasília, Seção I, página 5837, 30 de março de 1988.

BRASIL. Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989. **Dispõe sobre a prioridade, inclusões no Programa Nacional de Desestatização e designação do Gestor do Fundo**

Nacional de Desestatização. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, página 849, 16 de agosto de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Cria o Programa Nacional de Desestatização, edá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, Brasília, Seção I, página 7103, 13 de abril de 1990.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, 1995.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** ensaios sobre educação, hegemonia e trabalho. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações.** Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. Condição Pós-moderna. **Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993.

PIOVEZAN, P, R. **As políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal.** Marília, 2017, 224 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual Paulista- Unesp. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 12 ed. São Paulo: Abril Cultural, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital.** 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, R C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13-38.

PIOVEZAN, P. R. DAL RI, Neusa Maria. Flexibilização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil e em Portugal. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e81355, 2019.

PIOVEZAN, P, R. **As políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. Marília, 2017, 224 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual Paulista- Unesp. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

TORRES, C. A. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

VIANA, N. Breve história do Neoliberalismo. **Revista Enfrentamento** – n o 05, jul./dez. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/enf05_artigo_1_Nildo_Viana.pdf. Acesso em 06 de mai de 2025.